

REFORMA AGRÁRIA: É O BURACO.

Ninguém vota nada até terça-feira, quando o relator Bernardo Cabral deve apresentar um novo texto que aproveite os dois rejeitados. Se não houver acordo mesmo, a reforma agrária cai fora.

A Constituinte chegou ao impasse ontem à noite com a rejeição da emenda coletiva do Centrão (pela segunda vez) e do texto da Comissão de Sistematização sobre o capítulo da Reforma Agrária, configurando o chamado "buraco negro", o que leva o relator Bernardo Cabral a ter de apresentar um novo texto dentro de 48 horas (as sessões estão suspensas até terça-feira) e que deverá conter, pelo regimento interno da Constituinte, uma espécie de fusão dos dois textos já rejeitados e sem qualquer inovação. Caso o novo texto não consiga aprovação também, a futura Constituição não terá o tema da Reforma Agrária, cabendo à legislação ordinária a sua aplicação, como ocorre atualmente.

Amanhã, às 21h, termina o prazo para que o relator Bernardo Cabral apresente o seu parecer, abrindo no dia seguinte um novo prazo, de 24 horas, para que qualquer parlamentar, com o apoio de 1/3 (187) dos membros da Constituinte apresente pedidos de votação em destaque.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reúne-se hoje com o relator Bernardo Cabral e com constituintes das várias facções para busca de um texto que reflita a opinião da maioria. Ulysses disse que se empenhará na busca de um entendimento "necessário quando se trata de análise de matéria polêmica".

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), por sua vez, garantiu que o texto que vai elaborar regimentalmente vai "obedecer as linhas-mestras do acordo que deverá ser feito pelas lideranças partidárias", procurando superar o impasse e tentando resolver a questão da função social da propriedade.

Votação

O texto do Centrão, submetido pela segunda vez ao plenário por ser emenda coletiva com mais de 280 assinaturas, foi rejeitado por não ter alcançado 280 votos: foram 237 votos favoráveis, 225 contrários e 37 abstenções, totalizando 499 votos. Logo em seguida, entrou o texto da comissão de sistematização, também rejeitado com o apoio da liderança do PMDB, por 365 votos, 129 aprovações e 27 abstenções, com 521 votantes.

O "buraco negro" foi comemorado tanto pelo Centrão e por alguns representantes da UDR quanto pela esquerda, porque os dois lados entenderam que o impasse vai levar à negociação entre os diversos partidos e grupos com vistas a um texto que o relator Bernardo Cabral espera "ser aquele mais comum à maioria da Constituinte".

No início da sessão, o líder do PC do B, Aldo Arantes, reclamou com Ulysses, que representantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) não estavam conseguindo entrar para as galerias, onde só se via "gente da UDR". Não houve encaminhamento de votação para o texto da Sistematização (na véspera houvera em relação à emenda do Centrão) e os líderes orientaram suas bancadas, sendo a maioria pela rejeição. A surpresa ficou com o líder Mário Covas, que votou contra o Centrão e contra a Sistematização por ser favorável à negociação.

Com a rejeição dos textos do Centrão e da Comissão de Sistematização pela primeira vez se deu a situação conhecida como "buraco negro". Erroreiramente, em ocasiões anteriores, houve o entendimento de que com a rejeição de alguns artigos do texto do Centrão, teria havido a situação de "buraco negro", mas o que ocorreu é que a matéria não aprovada teve sua votação adiada, enquanto, normalmente, os trabalhos da Constituinte prosseguiriam.

Segundo informação da secretária-geral da Mesa da Constituinte, as ocasiões anteriores em que as matérias não atingiram o quórum e foram sobrestadas foi no caso do Preâmbulo da Constituição; no caso do artigo sobre a greve do funcionalismo público; com relação à estabilidade do trabalhador no emprego; e na possibilidade de parlamentares poderem exercer, sem perda de mandato, cargo de embaixador. Rejeição de capítulo, levando à suspensão dos trabalhos por 48 horas, foi a primeira vez.

No final, sobraram apenas doze horas de desentendimentos.

Os dois lados só estiveram de acordo em um ponto, depois de causar o buraco negro de ontem: um acusa o outro pelo impasse.

O PFL e a UDR — União Democrática Ruralista foram os responsáveis pelo rompimento do acordo no capítulo que trata da reforma agrária. Foram quase 12 horas de negociação sobre um único ponto: a desapropriação ou não da propriedade produtiva, mesmo que ela cumpra a sua função social. O texto que encontrou maior consenso garantia tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para a satisfação das exigências relativas à função social.

O deputado José Lourenço, líder do PFL, entretanto, não quer assumir o ônus de ter rejeitado a principal proposta de negociação. Para ele, "a intransigência do PT e dos partidos de esquerdas que não aceitaram votar em separado apenas parte do texto sobre a desapropriação da propriedade produtiva é que deu origem ao rompimento". O senador Jarbas Passarinho, entretanto, preferiu dizer que "é humanamente impossível se chegar a um consenso sobre duas propostas completamente antagônicas, onde uma diz que é absolutamente insusceptível de desapropriação a propriedade produtiva e outra que acha que dependendo das circunstâncias, ela pode ser desapropriada".

Tentativas

A primeira reunião da manhã teve ini-

cio às 8h30, na residência do deputado Euclydes Scalco (PMDB-PR) e contou com a presença de dez deputados, representando os dois lados. Deste encontro, saíram quatro textos, todos rejeitados.

Nenhuma das quatro propostas foi aceita porque todas as correntes queriam encontrar sinônimos que melhor expressassem o seu pensamento. Mas o não definitivo veio de Alysson Paulinelli (PFL-MG) após reunião com o presidente da UDR, Ronaldo Caiado. Em seguida, surgiu uma sugestão de autoria do senador José Richa que previa que a lei iria determinar as condições para a propriedade produtiva cumprir a função social, estabelecendo progressivas punições, antes de ela ser desapropriada. Foi, então a vez do PT reclamar e dizer que não concordava.

Às 16h30 o advogado da UDR, Osmar Moura trouxe uma contra-proposta, redigida na sede da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), por Paulinelli, Caiado e Flávio Telles, da Sociedade Brasileira Ruralista, que anunciava ser a última: ela dizia que as propriedades produtivas insusceptíveis de desapropriação, que não atendam às funções sociais, terão prazos e modos adequados fixados em lei para fazê-lo, asseguradas as condições que independam

do proprietário. Mais uma vez não houve acordo.

O senador Jarbas Passarinho, então, foi chamado para ajudar a redigir um texto que pudesse ser objeto de consenso. Eram 17h30. E o texto foi considerado excelente pela maior parte dos cerca de 40 deputados e senadores que se encontravam na sala de Mário Covas.

Concordaram com a sugestão o PT, PCdoB, PCB, PDT, PMDB e PTB, deixando de fora o PFL e o PL que desejavam antes consultar José Lourenço e Ronaldo Caiado para definir a sua posição. Ao ler o texto, Caiado sentenciou: "Não há mais o que fazer. Este texto eu não aceito e vamos para o voto".

Contra-proposta

Por volta das 18h30 José Lourenço voltou com um texto redigido, que continha a proposta de Passarinho e com uma sugestão. Todos apoiaram o texto do acordo e o parágrafo único que garantia o tratamento especial à propriedade produtiva, iria para o voto em plenário. Foi o que se fez.

O deputado Delfim Neto nem discutiu as infinitas reuniões declarando que "conversa mole e cachimbo que não queima fumo, não convencem diretor de banco a dar empréstimo a ninguém".

Saúde: a AMB entre as duas propostas.

A Associação Médica Brasileira (AMB) está convocando os médicos de todo o País — "independente de posição de liderança", segundo seu presidente, Antônio Nassif — para defender na próxima semana, em Brasília, "o aprimoramento dos textos da Constituição que se referem à questão da Saúde". Nassif, salomonicamente, está entre as duas propostas, do Centrão e da Comissão de Sistematização, mas garante que há uma tentativa de confundir a opinião pública, com a ação de que o texto do Centrão tira do Estado o controle dos serviços de saúde. "Nenhuma das duas propostas afasta o Estado", assegura.

Para eliminar esta "deliberada confusão", Nassif pretende levar a Brasília o maior número possível de médicos para "esclarecer aos constituintes os principais pontos dos dois textos". E promete manter "equidistância dos extremos políticos partidários", para chegar a uma "composição inteligente e democrática entre o poder público e a livre iniciativa".

Mesmo assim, o texto que a AMB levará a Brasília na próxima semana carrega mais na crítica à proposta da Sistematização, acusada de "contrariar princípios universais e não atender à realidade brasileira". Para Nassif o texto da Sistematização tem itens estatizantes que devem ser retirados, "porque o Estado não deve assumir sozinho toda a responsabilidade pela execução das ações e serviços de saúde". Nassif concorda que o sistema público de saúde do País deve ser unificado para evitar desperdícios e melhorar a qualidade dos serviços. Mas quer assegurar à iniciativa privada o direito de complementar as eventuais deficiências do setor público.

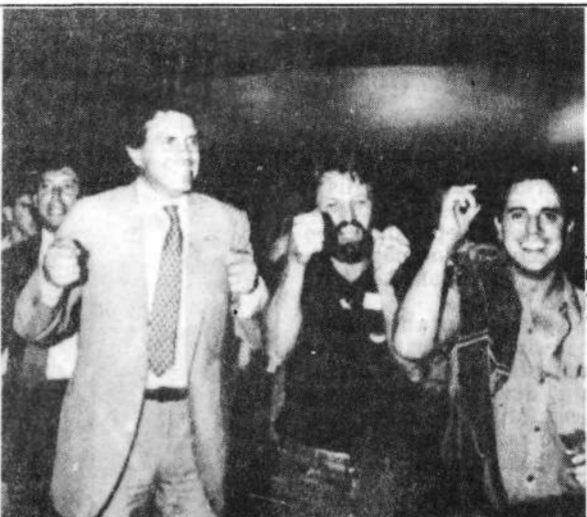
Estatização de bancos? É a "loucura".

A estatização dos bancos, como pretende o deputado Luiz Gushiken (PT-SP), representaria "a continuidade da loucura" na Constituinte. Foi o que disse, ontem, em São Paulo, o presidente da Federação das Associações de Bancos (Febraban), Antônio Pádua Rocha Diniz, prevendo "consequências gravíssimas", caso o projeto seja aprovado. Diniz também considerou fora da realidade a intenção do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), de limitar os juros sobre operações financeiras em 12% reais ao ano.

Já o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Lúcio Prieto, defende a estatização "como forma de direcionar as aplicações em benefício do desenvolvimento". Mas teme que a limitação dos juros faça desaparecer os poucos bancos regionais que ainda sobrevivem.

Quer estatizar os bancos, segundo o presidente da Febraban, "além de uma medida estapafúrdia, é contrário ao andamento natural das coisas, em todo o mundo, onde o sistema financeiro se pauta pelas leis de mercado". Em relação aos juros, Diniz lembrou que quem fixa a taxa é o Banco Central, através do overnight. O autor do projeto, segundo ele, "é até um deputado inteligente, mas não conhece o sistema financeiro o suficiente. Ele conhece pela porta dos fundos, pelo contencioso, pelo cartório".

Tanto um projeto quanto o outro, segundo Diniz, "são absolutamente inviáveis. Não se fixa taxa de juros através de leis, muito menos pela Constituição. Os juros têm que flutuar no dia-a-dia. A estatização significaria colocar o País mais distante ainda dos recursos internacionais. É claro que não devemos aprovar nada que seja danoso aos interesses do País. Isto, é evidente, não passa pela cabeça de ninguém. Mas também não devemos fechar tudo".



Caiado (à esquerda): comemoração.

UDR

O Centrão perde de novo. Para Caiado, uma vitória.

A segunda derrota do Centrão na tentativa de aprovação da reforma agrária foi comemorada como uma verdadeira vitória pelos principais representantes do empresariado rural, liderados pelo presidente da União Democrática Ruralista — UDR — Ronaldo Caiado. "Isso força a um acordo", admitiu Caiado, ainda confiante na aprovação de um texto que proíba a desapropriação das terras produtivas, do que os empresários não abrem mão.

Assim que surgiu o "buraco negro" na votação de ontem à noite, Caiado levantou-se e do alto da galeria confraternizava-se com os constituintes do Centrão fazendo sinal de vitória com os dedos. Ele deixou a galeria — praticamente vazia — sob aplausos e o coro: "Centrão, UDR, terra produtiva". Apesar da derrota das duas correntes, o presidente da UDR considerou o placar dos que votaram com o texto do Centrão uma vitória sobre a esquerda, particularmente sobre o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

Muito tenso, Ronaldo Caiado assistiu à votação ao lado dos principais representantes do empresariado rural: os presidentes da Sociedade Rural Brasileira —

CONTAG

Para a Contag, "baixou a bola da UDR".

"O Centrão e a União Democrática Ruralista pagaram para ver. E já viram. Felizmente em alguns momentos a correlação de forças na Constituinte é equilibrada. E isso foi provado na rejeição do texto do Centrão sobre reforma agrária", declarou ontem o vice-presidente da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — André Montalvão da Silva, ao admitir que o resultado de ontem "foi ótimo" porque "baixou a bola da UDR, que contava passar sobre nós como um rolo compressor".

Como maior surpresa, "e boa para os trabalhadores", na votação de ontem, Montalvão apontou o voto do deputado Sarney Filho, que ao ficar contra o Centrão foi destituído da vice-liderança do PFL. Outras "boas surpresas" para a Contag estavam entre os 37 parlamentares que se abstiveram de votar: Israel Pinheiro (PMDB-MG), Aureo Melo (PMDB-AM) e César Cals Neto (PDS-CE). Sobre outros votos com os quais as entidades sindicais contavam e que se abstiveram, como os dos constituintes José Ulisses (PMDB-MG) e Leopoldo Bessone (PMDB-MG), ou ficaram com o Centrão, como Santinho Furtado, Montalvão acha que votaram mais pelo acordo, não con-

tra os trabalhadores. E sobre muitos com quem eles não contavam e foram favoráveis, como Sarney Filho, o líder sindical não tem dúvidas de que pensar mais nas urnas das próximas eleições.

Com o resultado da votação de ontem sobre reforma agrária, a tática da pressão "corpo-a-corpo" junto aos constituintes também mudou. "Hoje nosso trabalho será mais concentrado na vigilância de um acordo", dizia Montalvão colocando como limite máximo para negociação a manutenção do texto da Sistematização, que no entender das lideranças sindicais já retrocede ao próprio Estatuto da Terra, aprovado em 1965.

"Se o texto aprovado inviabilizar de vez a reforma agrária, os constituintes vão se arrepender amargamente. Vai estourar ocupação de terra em todo canto", previa Montalvão de manhã ao classificar como "grande mentira da direita o discurso de que a esquerda quer desestabilizar a agricultura apoderando-se das terras em produção". Montalvão afirmou que pelo texto o caminho de aprovação pela Constituinte, só 30% das terras são desapropriáveis, e mesmo assim se enquadrarem nas funções sociais.